

Antimarajás à disposição de Pedro Ivo

O Ministério da Administração colocou ontem o seu "Comando de Caça aos Marajás" à disposição do Governo de Santa Catarina, que a exemplo de Alagoas está travando na Justiça Federal uma luta árdua para derrubar atos inconstitucionais do governo anterior que permitiram o surgimento de supersalários no Estado. As irregularidades vão desde acumulações ilegais de vantagens, que fazem um salário-base de Cz\$ 47 mil subir a Cz\$ 200 mil, até aposentadorias precoces e nomeações sem concurso.

Antes de pedir à Procuradoria-Geral da República que entre com pedido de inconstitucionalidade dessas leis, decretos e resoluções junto ao Supremo Tribunal Federal, o procurador de Santa Catarina, Paulo Medeiros Vieira, esteve no Ministério da Administração para saber que tipo de contribuição pode agregar ao trabalho de moralização administrativa do Governo Pedro Ivo. Ele conversou demoradamente com o consultor jurídico do Ministério, Nabor Maia, que chefiou a missão antimarajás enviada a Maceió há um mês e que desencadeou a campanha nacional contra os supersalários do serviço público.

PE NA COVA

Conforme Paulo Medeiros, os principais focos de marajás estão no Tribunal de Contas do Estado e na Magistratura, envolvendo conselheiros, auditores, procuradores, desembargadores, juizes e magistrados de modo geral, que percebem entre Cz\$ 100 e 200 mil. Ao todo, são mais de 200 beneficiados.

Para chegarem aos supersalários, eles incorporam ao salário-base 100% de representação, 30% de auxílio moradia, 25% de auxílio transporte e o chamado efeito cascata, ou quinquênio repicado, que majora em até 140% a remuneração original.

Além disso, eles fizeram aprovar a chamada "Lei pé na cova", que permite a esses marajás continuarem no serviço após a aposentadoria, recebendo uma gratificação de 6% por cada ano excedente ao interstício. Isso, depois de terem reduzido de 35 para 30 anos o interstício nos Tribunais de Contas e de Justiça.

No Piauí, infiltrados

Teresina — O governador Alberto Silva disse ontem que os "marajás" do Piauí (aqueles funcionários que segundo ele recebem mais de 10 contracheques) estão infiltrados entre os 14 mil servidores estaduais que recebem mais de 80 por cento dos recursos da folha de pagamento.

Atualmente, o Piauí tem 70 mil servidores na administração direta e indireta, com a folha chegando à casa dos Cz\$ 310 milhões. Como 80 por cento dos funcionários ganham Cz\$ 1.050, o seu peso na folha é de apenas 18,5 por cento, aproximadamente.

Com uma remuneração inferior ao salário mínimo em vigor — Cz\$ 1.368 — as 56 mil pessoas que formam os 80 por cento dos funcionários recebem, agora, Cz\$ 56 milhões 280 mil contra Cz\$ 254 milhões pagos aos 14 mil servidores que compõem os 20 por cento restantes que ficam no cume da pirâmide funcional.

Os cargos de confiança do Estado do Piauí, segundo o secretário Murilo Paes Landim, somam apenas 2.170. O cargo que oferece a melhor remuneração é o DAS-4, hoje valendo Cz\$ 4 mil. A equipe do atual governo já constatou que há funcionários que colecionam até 10 contracheques, com um vencimento global de Cz\$ 85 mil.

O governador ganha hoje menos de Cz\$ 100 mil, o mesmo ocorrendo com os deputados estaduais e com os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, além dos desembargadores.

GERALDO MAGELA



Suruagy não se inclui entre os marajás

Suruagy renuncia se ficar provado que ele é marajá

O ex-governador e senador Divaldo Suruagy (PFL/AL) acusado pelo atual governador Fernando Collor de Melo de ser um dos "marajás" em Alagoas, ameaçou ontem renunciar ao seu mandato caso a denúncia seja comprovada. Ocupando a tribuna do Senado, ele se defendeu e disse que renunciaria "se aparecesse pelo menos um ato de sua autoria nomeando parentes" no serviço público estadual. Ele disse ainda que se decidirá pela renúncia também se ficar provado que recebe "um tostão" dos cofres públicos alagoanos.

Em sua defesa Suruagy disparou farpas na direção do governador Fernando Collor de Melo, ao reclamar que "essas incompreensões e injustiças" estão partindo justamente de pessoas que conseguiram se projetar graças a seu apoio político, "mas provaram que não estão à altura de conduzir povos".

Durante o seu pronunciamento o ex-governador alagoano recebeu apertes de

vários senadores que se solidarizaram contra as denúncias que vem recebendo, entre eles o líder do PFL, senador Carlos Chianelli (RS), Fábio Lucena (AM) e Jarbas Passarinho, líder do PDS.

TRAFICO

Outro que ocupou a tribuna para rebater acusações feitas pela deputada Bety Azize, foi o senador Carlos Alberto di Carli (PMDB/AM). Ele defendeu o ex-governador Gilberto Mestrinho e seu secretário de Desenvolvimento Econômico, Gilberto Miranda, acusados de envolvimento no tráfico de entorpecentes no Amazonas. Ao invés de apresentar provas que contrariassem as denúncias, Di Carli se limitou a traçar um perfil da deputada Bety Azize, usando para isso argumentações grosseiras e devolvendo acusações de que ela teria sido inclusive afastada do cargo de juíza que exercia, pela prática de agiotagem.

Guerra a aposentados

Todos os funcionários públicos estaduais aposentados precocemente em Alagoas, alguns com pouco mais de 35 anos de idade, terão de voltar ao trabalho, segundo afirmou ontem o governador de Alagoas, Fernando Collor, 37 anos, caso o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, acolha a arguição que ele entregou ontem, no

final da tarde, para posterior representação junto ao Supremo Tribunal Federal.

A arguições de Collor, foi assinada pelo procurador-geral do Estado, Daniel Quintela Brandão, representando o Estado de Alagoas. A representação contra os "marajás" foi assinada pelo próprio governador, ainda na condição de cidadão, dias antes de sua posse.

Fernando Collor considera que a aposentadoria precoce de ex-secretários de Estado agride frontalmente a Constituição Federal, que apenas prevê a aposentadoria nos casos de tempo de serviço (35 anos para homens e 30 para mulheres), limite de idade e invalidez.

A aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, instituída em Alagoas, segundo o governador "é imoral e constitucionalmente inaceitável".

Entre os ex-secretários de Estado, no governo do atual senador Divaldo Suruagy, que permanecem gozando do ócio remunerado, está o ex-secretário de

Comunicação, José Osmano de Araújo, aposentado aos 36 anos de idade.

O governador explicou que esses funcionários conseguiram burlar a lei de várias maneiras, incluindo a comprovação do "tempo de serviço". Graças a esses artificios, há ex-secretários inativos cujo tempo de serviço remonta a data anterior ao seu próprio nascimento. Outros, como o ex-secretário de Planejamento do governo Guilherme Palmeira (hoje senador e presidente nacional do PFL), Evilásio Soriano, apresentaram "provas testemunhais" dando conta da prestação de serviços aos sete anos de idade.

ANC 88
Pasta 08 a 15
Abril/87
031